

## Oficinas da Cidade em Fortaleza

Andréa Carla de Figueiras Cordeiro<sup>1 2 3</sup>

Universidade Federal do Ceará

Jaileila de Araújo Menezes

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Lucia Rabello de Castro

Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

### Resumo

Este artigo trata do relato de uma experiência de intervenção focal com crianças na cidade de Fortaleza, na qual se procurou, através de discussões em grupo, possibilitar a construção e a re-construção das experiências destes sujeitos na cidade. Partiu-se da premissa que viver hoje na cidade contemporânea requer do sujeito orientação crítica para que ele se situe frente às demandas do viver coletivo. Três momentos de discussão foram focalizados: a reflexão sobre a experiência vivida na cidade; a imaginação sobre as possibilidades deste viver; e a discussão sobre o vivido e o desejado, visando a uma re-construção possível da cidade. As crianças mostraram capacidade de analisar criticamente sua experiência na cidade, apontando os aspectos que, do seu ponto de vista, tornam o viver na cidade particularmente difícil para elas. Mostraram, também, capacidade de indicar caminhos coletivos que suavizariam a tarefa de viver na cidade grande, principalmente quando não se é adulto, e sim criança.

*Palavras-chave:* Cidade; criança; participação social.

### City Workshops in Fortaleza

### Abstract

This paper presents an intervention-based project with children in the city of Fortaleza, when children were asked to elaborate, through focused group discussions, their constructions about living in the city. It was assumed that to live in a big city means to be able to position oneself critically before the demands of collective life. Discussions were stimulated about three distinct aspects: what is to live in the city today; what possibilities for collective life could be imagined; and how lived and sought for experiences could entail a realistic construction of city life. Children showed capacity of critically analysing their experience in the city, indicating those aspects that were, from their point of view, hardest to face. They also showed capacity of pointing out collective endeavours that could make it easier for them, as children, the task of living in a big city.

*Keywords:* City; child; social participation.

---

<sup>1</sup> Endereço para correspondência: Av. Armando Lombardi 800/217, Rio de Janeiro, 22640-000, Fone/Fax (21)4943672, E-mail: lcastro@infolink.com.br.

<sup>2</sup> Nossos agradecimentos às psicólogas do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (NUCEPEC/UFC): Ana Beatriz de Oliveira Moraes, Luciana Queiroz Fontenele, Renata Castelo Peixoto, que participaram diretamente; ao psicólogo Francisco José Medeiros de Andrade (NUCEPEC/UFC) pela sua contribuição e ajuda institucional; aos professores e alunos do NUCEPEC e do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC/UFRJ) pelas discussões e contribuições à realização do projeto. Agradecemos ao Centro de Integração Profissional de Fortaleza pelo acolhimento, e às crianças que participaram do projeto. Nossos agradecimentos, também, à FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) pelos recursos obtidos através do prêmio "Cientistas do Nosso Estado".

<sup>3</sup> O projeto Oficinas da Cidade é desdobramento do projeto de pesquisa "Cidade, Consumo e Cidadania: a Infância e a Adolescência na Contemporaneidade Brasileira", e foi realizado através de parceria entre o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e o Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas para a Criança (NUCEPEC) da Universidade Federal do Ceará.

O projeto "Oficinas da Cidade" visa a ampliar junto aos segmentos da infância e da adolescência as possibilidades de participação e ação destes sujeitos no espaço urbano onde vivem. Pretende-se com as oficinas abrir um campo de construção, reflexão e imaginação com crianças e adolescentes no sentido de que elas possam se inserir nesta nova ordem social como sujeitos ativos que se vejam reconhecidos nesta "obra" que é a metrópole contemporânea.

Ao se pensar sobre a aprendizagem da criança e do jovem, pensa-se, geralmente, no domínio que é restrito à escola e aos conteúdos formais que esta transmite, ou ainda, naquilo que a criança e o jovem apreendem a partir das interações face a face com adultos, principalmente no âmbito familiar. No entanto, as oportunidades de aprendizagem da criança e do jovem não se atêm aos domínios da casa e da escola. Desejamos aqui, neste trabalho, trazer uma reflexão sobre o que a criança e o

jovem contemporâneos aprendem neste domínio não comumente relacionado à aprendizagem, que é o da cidade. No entanto, esta aprendizagem não se faz dentro de um ordenamento e de uma previsibilidade da ação instrumental, onde fins e meios se relacionam. Pelo contrário, as aprendizagens na e da cidade baseiam-se tanto em outros códigos (como por exemplo, o da *visualidade*), como também produzem saberes que apenas a posteriori se delineiam, como por exemplo, a compreensão sobre as diferenças e as desigualdades sociais (Castro, 2001).

A aprendizagem na e da cidade se presta à conceituação que Raphael (1986) chamou de *de-socialização*, ou seja, a capacidade de mobilização frente ao novo, ao inusitado a que a cidade incita seus habitantes. Na cidade o sujeito é convidado a uma mobilidade permanente e, assim, tem de se haver com a diversidade de experiências. O vagar pela cidade permite a vivência com o outro, distanciado e estranho, de modo que o sentimento de perda de familiaridade com o mundo torna-se uma marca da *pele urbana*. Na cidade, há que se *conquistar* os espaços e as amizades. Neste sentido, jovens e crianças têm muito a aprender quando saem às ruas, e efetivamente o fazem, ainda que na surdina.

O perambular pelas ruas, os deslocamentos na cidade propiciam, ainda que de maneira assistemática e não completamente elaborada, uma cultura política, no sentido de questionamento e problematização das condições de existência dos habitantes de uma mesma cidade. Assim, a *polis*, cidade, pode ser fonte de uma reflexão política do nosso cotidiano: o exercício de pensar como construímos nossas relações e como agimos na cidade pode impulsionar novas maneiras de encarar a vida social e suas mazelas. O que os jovens e as crianças deste estudo parecem mostrar é que o trabalho de pensar em conjunto conduz à re-descoberta de outros significados para a vivência individualizada e solitária na cidade, pois re-faz caminhos, cria impasses e produz estupefações. Rompe com a vivência ociosa que se tem na e da cidade onde as pessoas, os objetos, e tudo mais na cidade é, muitas vezes, olhado divorciado de sua história e de seu projeto.

### Metodologia

As oficinas consistem em grupos de discussão com crianças e jovens, com tempo determinado, onde se promove a reflexão e a imaginação sobre aspectos do vivido dos participantes, que no presente caso, é sua experiência na cidade. Neste sentido, as oficinas se assemelham aos “grupos operativos” (Bleger, 1980) que têm tarefa e objetivos, mas que ao longo de sua consecução produzem conflitos, problemas e recursos que são considerados em função dos objetivos propostos. Desta

forma, as oficinas podem ser importante instrumento de pesquisa, onde importa também a capacidade dos sujeitos se transformarem através de sua própria ação e reflexão. As oficinas, enquanto instrumento de pesquisa e intervenção, se inserem dentro de uma visão que valoriza a capacidade de reflexão dos sujeitos, sejam eles participantes ou pesquisadores, dentro das atividades de pesquisa (King, 1998; Smith, 1998).

As oficinas são coordenadas por dois assistentes de pesquisa com uma duração de nove ou dez encontros cuja frequência é de uma vez por semana. Cada encontro dura cerca de uma hora e meia, em média. Três módulos com três encontros cada um foram pensados para as oficinas que se realizaram em Fortaleza: no primeiro módulo se objetivou levantar junto às crianças e adolescentes os modos de sua participação da cidade: como é viver na cidade grande, as ressonâncias afetivas deste viver, o modo como se relacionam com os outros na cidade; no segundo módulo se objetivou discutir e imaginar junto com as crianças e adolescentes as possibilidades da cidade para este grupo, e que alternativas para o viver a cidade pode apresentar; no terceiro módulo, dando continuidade ao processo emergente no grupo, se objetivou discutir e imaginar junto com eles as implicações pessoais e coletivas para uma efetiva e maior participação na vida da cidade.

As oficinas consistem num processo único e contínuo acontecendo sem interrupção para benefício de todo o processo. Como recursos auxiliares para motivação, imaginação e discussão são utilizados cartazes, fotos, teatralizações e o contar histórias.

O presente trabalho relata a experiência das Oficinas da Cidade realizadas no Centro de Integração Profissional (CIP) do Bairro de Boa Vista em Fortaleza. Os Centros de Iniciação Profissional – CIP – são parte do programa de atendimento a crianças e adolescentes do governo do estado do Ceará. Estas instituições localizam-se em diversos bairros e atendem à população das comunidades próximas. No Bairro da Boa Vista (bairro de periferia, localizado na fronteira entre as zonas leste e oeste de Fortaleza), o governo do estado fez uma parceria com a Associação de Moradores a fim de manter um CIP, de modo que o governo é responsável pelo financiamento, enquanto que a comunidade se encarrega de contratar pessoal qualificado para o trabalho, de preferência entre os próprios moradores. O CIP Boa Vista oferece oficinas de arte, dança, teatro, cursos profissionalizantes, acompanhamento escolar, entre outras atividades.

O contato com a instituição foi feito através do NUCEPEC, sendo que a negociação para a realização do projeto transcorreu sem maiores dificuldades. A

coordenadora parecia interessada na realização da pesquisa no CIP, tanto que se fizeram dois grupos na instituição. Os grupos foram selecionados pela coordenadora, com idades variando de nove a 14 anos, com média em torno de dez anos. Um dos grupos, que chamaremos de Grupo I, teve em média a participação de oito crianças. O Grupo II teve em média a participação de sete crianças. Como todas as crianças e adolescentes atendidos pelo CIP, estas crianças moram nas proximidades da instituição, e são provenientes de famílias carentes (salário familiar em torno de um ou dois salários mínimos). As crianças dos dois grupos freqüentam escolas públicas, também localizadas próximas à instituição, com uma única exceção de um garoto, que por falta de vagas, não pôde se matricular no ano de realização da pesquisa (1º semestre de 2000).

#### Urbanizando Fortaleza: Os Dois Lados de uma Mesma Cidade

O processo que compreende a transformação de Fortaleza em metrópole teve início na segunda metade dos anos oitenta. Vale ressaltar que este período compreende uma mudança significativa no cenário político cearense, uma vez que nas eleições para governador ocorrida em 1986, Tasso Jereissati (atual governador do Estado, cumprindo seu segundo mandato desde janeiro de 1999), até então um empresário iniciante na política, derrota os poderosos *coronéis* do Ceará (força política herdeira da tradição econômica agropecuária). Tasso conseguiu implementar, tanto no estado quanto na capital cearense, um projeto político eminentemente vinculado à burguesia industrial, com um programa de atração de indústrias para o estado. Mas, por outro lado, não conseguiu viabilizar projetos sociais que de fato atendessem às áreas da educação, saúde, moradia; prevalecendo, assim, uma ação social limitada a uma prática assistencialista (Farias, 1997).

A metropolização da cidade esteve vinculada pelo menos a quatro aspectos: 1) o aspecto geográfico, que compreendeu a expansão da cidade na direção de municípios vizinhos (a chamada região metropolitana de Fortaleza, que compreende os seguintes municípios: Fortaleza, Aquiraz, Caucaia, Eusébio, Guaiúba, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape e Pacatuba); 2) o aspecto arquitetônico, com a realização de obras públicas (viadutos, urbanização da orla marítima etc.) e particulares (perspectiva de construções verticais no entorno da orla, com grandes hotéis e condomínios fechados); 3) o aspecto cultural, referente ao processo de modernização e sofisticação dos padrões de consumo das camadas mais abastadas (via a construção de *shoppings* nas regiões mais

privilegiadas da cidade e o alto investimento na área de turismo e lazer – *Beach Park* (Parque aquático inaugurado em 1985, com grandes atrativos para entretenimento, e amplamente divulgado na mídia local), Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (complexo cultural inaugurado em 1999 do qual constam cinemas, teatro, planetário e museu com exposições permanentes), reinauguração do Mercado Central (espaço destinado ao comércio de produtos locais, como o artesanato e comidas típicas, inaugurado em 1998) e, 4) o aspecto populacional, referente ao crescimento da população da cidade (que saltou de 1.768.637 habitantes em 1991 para 2.138.234 habitantes em 2000); (IBGE, 2000), fenômeno possivelmente vinculado a fatores de expulsão da população do campo (causado principalmente pela seca, situação de concentração da terra e má remuneração dos trabalhadores agrícolas) e pela inexistência de outros centros urbanos (municípios da região metropolitana) como alternativa de sobrevivência (ADUFC & IAB-CE, 1992).

Sobre este último aspecto indicamos que o processo de metropolização de Fortaleza estava previsto para ocorrer de forma concomitante com a metropolização dos seus municípios vizinhos que compõe a região metropolitana de Fortaleza. No entanto, o crescimento quantitativo (econômico e demográfico) dos municípios que formam esta região não foi acompanhado pelo devido crescimento qualitativo (sociocultural). Deste modo, Fortaleza permaneceu sendo, durante sua constituição enquanto metrópole, pólo de atração para a população do estado.

Com uma política urbana eminentemente “neo-liberal, baseada na lógica do mercado e do consumo e numa visão instrumental do desenvolvimento e progresso na definição das ações governamentais” (ADUFC & IAB-CE, 1992, p. 2), Fortaleza não conseguiu desenvolver um aparato econômico, de infra-estrutura urbana e serviços públicos capaz de atender aos seus habitantes, em particular aos das classes economicamente desfavorecidas, apesar de uma série de obras públicas com este objetivo expresso, tais como o Projeto SANEAR<sup>4</sup>, o Sistema Integrado de Transportes (SIT)<sup>5</sup> e o METROFOR<sup>6</sup>. Esta realidade caracteriza assim um processo de urbanização

<sup>4</sup> Projeto de Saneamento Básico financiado pelo governo estadual e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que tinha por meta expandir o atendimento sanitário de 18% para 60% da população atendida da capital. Foi concluído em 1997.

<sup>5</sup> Projeto iniciado em 1990 e concretizado em 1992, cuja filosofia consiste no planejamento de um sistema integrado que vise dar ao usuário a opção de deslocamento e acesso a vários pontos da cidade não diretamente ligados pelo pagamento de apenas uma passagem de ônibus.

<sup>6</sup> Construção do metrô de Fortaleza ligando o centro da capital às cidades de Maranguape, Maracanaú e Caucaia. Projeto em andamento.

fortemente marcado pela exclusão e miséria da maior parte da população. Segundo o SINE/CE (Sistema Nacional de Empregos, seção do Ceará, <http://www.sine.ce.gov.br>), no segundo trimestre de 1992, 59% da população total da cidade tinha baixa renda, encontrava-se carente de infra-estrutura, serviços e equipamentos urbanos e situava-se no lado *pobre* da cidade – parte oeste de Fortaleza, enquanto que 41% da população total da cidade possuía renda média e alta, localizava-se na parte leste da cidade (com destaque para os bairros da Aldeota, da orla marítima e da zona central) e tinha suas demandas urbanas prontamente atendidas, pertencendo assim, ao lado *rico* da cidade.

Zona Oeste, lado pobre e zona Leste, lado rico são significantes que caracterizam e expressam os efeitos do processo de urbanização da cidade de Fortaleza, que tornou lamentavelmente possível a existência de duas cidades numa só. Segundo Farias (1997, p. 266), “Fortaleza atualmente se divide em duas cidade: a do lado leste, rica, bonita, para turista ver, e a do lado oeste, pobre, ‘asfaltada’, miserável para o povo viver”.

Entre estes dois registros da cidade *rica* e da cidade *pobre*, o habitante de Fortaleza se vê frente a uma cidade em construção. Se por um lado uma de suas partes está sendo incrementada para se tornar ainda mais atraente, por outro lado, há uma profusão de obras públicas numa tentativa de atender às necessidades básicas da população, especialmente na área do transporte.

Nesse cenário de mudanças, como se situa o habitante de Fortaleza? Que tipo de contato é possível se ter com a cidade? Com o movimento de crescente complexificação da cidade, o habitante de Fortaleza tem sido impulsionado a reelaborar seus mapas cognitivos do espaço urbano. O morador do lado leste tem constantemente que avaliar seu trajeto para o trabalho em função das interdições das vias impostas pelos reparos e pelas melhorias urbanas. O morador do lado oeste tem sua casa ameaçada de desapropriação pelas obras estruturais para ligar a parte periférica da cidade ao seu centro, como por exemplo a construção de viadutos, pontes, elevados e o alargamento de avenidas. Os pontos de referência são permanentemente modificados: onde havia uma área de preservação ambiental, hoje há um shopping; onde havia casas com vistas para o mar, hoje há grandes edifícios que comprometem as condições de ventilação na cidade. Neste sentido, arriscamos a compreensão de que a cidade está propiciando a experiência de estranhamento para seus moradores, bem como um possível conflito entre os habitantes destas duas partes tão distintas e destes com os órgãos públicos executores de boa parte das obras.

O que nos interessa particularmente neste trabalho é analisar como crianças e jovens vivem e experimentam este processo agudo de transformação urbana, já que, como categorias excluídas de uma maior participação nos destinos da cidade, sofrem não apenas pelos transtornos objetivos causados pelas mudanças, como também pelos efeitos que mudanças na espacialidade urbana geram em relação à vida social e afetiva (Castro, 1998a).

### **A Realidade do Viver em Fortaleza: “Lado Vivo” X “Lado Morto”**

No que se refere à cidade real, a primeira fase do trabalho, as crianças trouxeram um discurso ambíguo sobre a cidade, destacando dois aspectos: o lazer e a violência na vida urbana.

Quanto ao primeiro aspecto, foi muito marcante na fala das crianças a referência a um lugar específico de lazer planejado: o *Beach Park*. Este lugar foi freqüentemente trazido pelas crianças que até especulavam sobre a foca, símbolo do parque: ela seria feita no computador ou seria uma pessoa vestida de foca? Este aspecto nos chamou particularmente a atenção, já que o acesso a este tipo de lazer é economicamente inviável a esta população pesquisada. “*Eu conbeço. Mas nunca fui. Quem não conbece? Passa todo dia na televisão*” (L. 12 anos). Em virtude dessa impossibilidade de acessar alguns pontos da cidade, para estas crianças, “conhecer” passa a ser “ver pela televisão” (Castro, 1998b). A televisão dá a estas crianças elementos para a construção da cidade real, mesmo quando se trata de espaços interditados a elas. Assim, a TV é veículo de contato com o mundo, através dela é possível “sair de casa” e ter acesso aos mais variados lugares, como um museu ou o artesanato que uma das crianças diz conhecer porque: “*aparece no Jornal do 10 (noticiário local) como uma atividade muito desenvolvida em Fortaleza*” (C. 11 anos).

Refletindo mais detidamente sobre as condições de lazer desta camada da população por nós investigada, não podemos deixar de destacar o fato de que estas crianças habitam o que anteriormente denominamos de *lado pobre da cidade*, suas opções de lazer encontram-se sobremaneira restritas, o que mais uma vez nos leva a pensar no quadro de desigualdade social acentuado pelo processo de urbanização.

Na cidade de Fortaleza, as atividades e equipamentos de lazer estão concentrados na zona central, orla marítima e no bairro da Aldeota, enquanto que os demais bairros são carentes de praças, parques, centros esportivos, entre outras coisas (ADUFC & IAB-CE, 1992). Nesse quadro de carência de equipamentos de lazer e desigualdade de acesso aos existentes, a praia figura como a única e

acessível opção, sendo inclusive citada pelas crianças da pesquisa como o lugar que freqüentam no final de semana.

Por outro lado, a orla marítima da cidade já apresenta as conseqüências de um processo ecologicamente desequilibrado de ocupação do solo urbano que provoca o lançamento de esgotos domésticos e industriais na faixa da praia. Deste modo, a praia e os demais recursos hídricos da cidade com potencial para o lazer e economicamente acessível às camadas desfavorecidas, encontram-se num processo crescente de degradação e logo tornam-se incapazes de atender ao lazer desta parte da população. Sem opções de lazer naturais e acessíveis, as crianças ficam sonhando com um atrativo que conhecem apenas pela TV e que lhes é completamente inacessível.

Sobre o aspecto da violência, esta surgiu como associada ao *lado morto* da cidade, expressão usada pelas crianças para designar as zonas de violência existentes em Fortaleza. Falar de violência é falar de roubo, drogas, morte, assédio sexual, dos riscos aos quais está submetido o habitante das cidades. E, paralelamente a isto, a violência foi também situada na forma de relacionamento dentro dos grupos. Assim, são pelo menos três os ambientes em que as crianças situam a vivência da violência: na cidade, de forma geral; no ambiente da casa; e, mais especificamente, nas relações que as crianças da pesquisa mantinham entre si. Comentaremos a seguir cada uma destas dimensões.

O *lado morto* da cidade se faz presente na rua, uma vez que é o lugar privilegiado daquilo que as crianças classificam como situações perigosas. Estar na rua é estar exposto a algum tipo de risco. Uma expressão da relação existente entre os termos rua e violência consta neste trecho de história elaborada pelas crianças: “(João e Maria) foram para a pizzaria e lá encontraram muitos amigos. (...) Quando vieram de noite, foram assaltados no meio da estrada. Roubaram os seus dinheiros, jóias, relógio e o colar da Maria.”<sup>7</sup>

O assunto violência mobiliza o grupo de uma forma surpreendente, e são as próprias crianças que chegam a assinalar o porquê da continuidade da violência: é o descaso das autoridades com relação à segurança de. Assim, uma criança nos diz “falta policiamento. Quando tem assalto a polícia não aparece ou só aparece no final” (V. 11 anos).

Ao contrário do lazer do *Beach Park* que as crianças têm acesso via TV, a vivência concreta da violência marca o cotidiano destas crianças que habitam os bairros periféricos da capital cearense. A ausência de segurança nessas áreas da cidade contrasta com o excesso de policiamento nos

bairros centrais, Aldeota e Orla marítima, particularmente nesta última onde se concentram os hotéis que recebem os turistas ansiosos por desfrutar da *Terra do Sol*, melhor dizendo, de um lado bem restrito desta terra, o lado *vivo* da cidade.

Podemos ainda perceber o quanto a falta de segurança se reflete no tipo de relação que a criança tem com a cidade, na medida em que uma delas nos diz “...no Boa vista não tem lazer, tem muita violência” (C. 11 anos). Ou seja, se a opção de lazer que resta a elas é o espaço da rua e se na rua não tem segurança, a criança fica privada do espaço da brincadeira, do entretenimento, da distração. Prevalece assim um sentimento de ser estrangeiro na própria cidade, de ser um morador que não é cidadão.

Por outro lado, a violência também foi situada no ambiente da casa, onde os pais podem representar perigo para os filhos. “João e Maria eram casados. Eles brigavam muito. Eles não eram felizes, porque os dois bebiam cachaça, ficavam bêbados. Ai o pai queria matar os dois filhos. Pegava um pau e corria atrás.”

Retomando os termos rua e casa, podemos ainda ressaltar o caráter ambíguo que os cerca: acima relacionados como lugar de atuação da violência, os mesmos também aparecem, respectivamente, como lugar de brincadeira e diversão e como lugar de proteção. As crianças têm a rua como espaço adequado para brincar de soltar pipa, de bola de gude, de bola, de elástico, enfim destas expressões lúdicas propícias aos espaços abertos, espaço de lazer acessível. No entanto, as crianças não se referem a qualquer rua, mas às travessas – ruas menores, transversais às ruas principais e onde o fluxo de veículos não é muito intenso.

A casa, por sua vez, é o lugar onde as crianças dizem ser resguardadas dos perigos da rua, principalmente se podem contar com o amparo dos seus pais. Sobre a temática casa, uma questão ainda merece esclarecimento: afinal de que casa as crianças estão falando? Qual o tipo de moradia que lhes é acessível na cidade de Fortaleza? Bem, as crianças nos falam de pessoas que pertencem ao *lado pobre* da cidade, ou seja, de pessoas que não tem onde morar e por isso vão para a *ocupação* (invasão de locais públicos ou privados para construção de moradias). Vale ressaltar que uma parte dos participantes da oficina moram em ocupação mas omitem tal condição por sentirem-se constrangidos. Viver na ocupação significa estar no lado *ilegal* da cidade, o lado das favelas, dos cortiços, dos loteamentos clandestinos, enfim no campo da desordem urbana. Quando *acusada* pelo grupo de estar numa ocupação, uma das crianças diz “...não moro em ocupação! Moro em casa de tijolo!” (Ca. 10 anos).

<sup>7</sup> Trecho da história elaborada pelas crianças do Grupo II.

Ainda sobre os termos casa e rua gostaríamos de ressaltar que o CIP ocupa, segundo as falas das crianças, um espaço intermediário, uma vez que ele foi apontado pelas crianças como sendo o lugar da cidade de Fortaleza onde gostam de ficar. Para estas crianças é melhor ficar no CIP do que ficar em casa, é melhor ficar no CIP do que na rua. O CIP é o lugar onde elas encontram os amigos e desfrutam de segurança, enquanto que “*Na rua tem o perigo, e em casa também pode ser perigoso*” (S. 10 anos).

Contextualizando a violência agora no âmbito das relações intragrúpicas, esta se manifestou de forma mais significativa no grupo I. As crianças não só falaram que foram afetadas por uma violência que vinha de fora (da rua, da casa) e que era exercida por um outro (o assaltante, os pais), mas trouxeram também a violência para dentro do grupo de trabalho, ou melhor *produziram* elas próprias algum tipo de violência. Neste grupo, elas não eram somente vítimas, mas autoras de uma violência. O não se escutar, as brigas freqüentes, os desentendimentos, o ato de depredar o espaço onde se fazia o trabalho, submeter-se a situações perigosas, xingar o outro, tudo isto foi tomado pelas dinamizadoras como atos mobilizados a partir da discussão em torno do *lado morto* da cidade, o que instaurou um aparente caos no grupo. Porém, o aspecto clínico envolvido na compreensão do que emergia no grupo, propiciou uma outra compreensão sobre a atuação da violência no grupo, que conseguiu estabelecer vínculos grupais a partir destas situações que denominávamos de violência.

Levando em consideração outras temáticas que também emergiram neste momento de discussão do grupo, destacamos o trabalho e a religiosidade. Quanto à temática do trabalho infantil, esta nos chamou particularmente a atenção pela insistência do grupo em destacar seus aspectos positivos. Trabalhar apareceu como uma possibilidade de ganhar dinheiro para comprar *minhas coisas*, ou para dar à mãe e não ser um *peso* para a família. Mesmo quando confrontados pelas coordenadoras com os aspectos negativos envolvidos no trabalho infantil, as crianças mostraram convicção sobre sua posição e traziam vários exemplos de pessoas conhecidas que trabalhavam desde muito cedo e estudavam. Cabe aqui uma observação quanto ao contexto em que estas discussões surgiram: as crianças viam no trabalho infantil a possibilidade de se *autogovernar*, mostrando com isso que sua autonomia está vinculada à sua inclusão na órbita do consumo.

A religião, por sua vez, foi também um tema recorrente no Grupo II, se constituindo como uma forte marca no discurso das crianças, tendo para elas uma função de *classificar* os habitantes da cidade - quem é “*bom*” na cidade

é aquele que é “*de Deus*”, em contraposição aos que são possuídos pela “*marca da besta*” (demônio).

Em linhas gerais, podemos retomar todos os elementos trazidos pelas crianças na descrição da cidade real e colocá-los sob o signo da desigualdade social. A condição de marginalização que marca a vivência das crianças investigadas com a cidade é indiretamente exposta por elas quando elaboram uma história sobre alguém que vive na cidade onde o personagem que criam caracteriza-se justamente pelas suas posses materiais (dinheiro e riqueza) e vive numa cidade onde a entrada dos pobres é proibida e é justamente por isso que a cidade consegue ser bonita. Assim, acabam falando da cidade onde vivem e da qual estão excluídas porque nela prevalece o lado *vivo, belo*, em detrimento do lado *morto, feio*.

#### **A Cidade Ideal: Ausência de Violência e Prazer ao Alcance de Todos**

No registro da cidade ideal, foram pelo menos dois os aspectos que prioritariamente compunham a cidade dos sonhos: a ausência da violência e a presença de elementos que indicam o prazer ao alcance de todos. Tendo em vista que a violência foi uma marca muito presente na cidade real, podemos supor que o momento de imaginar o que poderia ser mudado apontou justamente aquilo que mais incomodava as crianças – a violência do seu cotidiano.

As crianças falaram de uma cidade sem morte, sem roubo, com mais policiamento, enfim, com mais paz; e também manifestaram seu incômodo em relação à vivência com os integrantes do grupo das próprias oficinas, quando estes “*arengam*” (implicam, brigam) com os outros. O desejo por uma cidade sem violência assume seu sentido mais radical quando uma das crianças propõe a construção de uma cidade de uma pessoa só: ela mesma.

O prazer fácil, ao alcance de todos, se traduz pela presença de elementos, tais como casas de chocolate, situadas na rua dos Sanduíches, piscina em todos os lugares da cidade, onde imperam a fartura e a abundância, e onde se rechaça a privação. Nota-se, aqui, o desejo de eliminar qualquer tipo de privação ou frustração. “*A V. queria que a cidade fosse na rua do sanduíche*” (V. 10 anos). “*A M. queria que a cidade fosse toda de chocolate, só para comer todinha. Com caramelo para ficar mais gostoso*” (M. 9 anos).

Tratando das peculiaridades de cada grupo, destacamos no grupo I o caráter intenso que a temática violência assumiu, mesmo no momento em que as crianças foram solicitadas a falar sobre a cidade em que gostariam de viver. O Grupo I estabeleceu seu próprio ritmo: o tempo subjetivo do grupo se sobrepôs ao tempo preestabelecido pelo roteiro da oficina. O momento destinado ao fechamento

do módulo 2, ou seja, à elaboração da cidade ideal, foi marcado por uma encenação de violência, onde as crianças brincavam de brigar. Essa encenação surgiu de forma espontânea entre eles, e era marginal à atividade proposta para aquele encontro. No entanto, as coordenadoras interessaram-se pela situação, inicialmente observando, e depois pedindo às crianças que narrassem o que tinha se passado. A partir da explicação da brincadeira, o grupo passou a relatar episódios de assaltos e agressões que já haviam presenciado. Foi neste contexto lúdico que o Grupo I conseguiu construir um discurso sobre as aflições de viver numa cidade marcada pela violência. Foi representando a violência que as crianças expressaram de forma espontânea o desejo de uma cidade sem violência. Acreditamos que somente neste momento as crianças do Grupo I saíram do registro do real, na medida em que ao encenar a violência de seu cotidiano, puderam se dar conta de como esta violência lhes fazia mal, e como gostariam que ela tivesse um fim.

O Grupo II, por sua vez, traz uma cidade marcada pela religião, uma vez que esta aponta o lugar do positivo e do negativo: as crianças não querem em sua cidade ideal, pessoas que tenham a “*marca da besta*” (M. 9 anos), e Deus permanecerá enquanto um referencial de amparo em situações difíceis: é só rezar para ele. O sonho destes sujeitos aponta para uma cidade de casas grandes, com muita natureza, muita fartura e beleza, lugar que se assemelha em seu discurso com o “*sítio da minha avó*” (K. 11 anos). A cidade ideal teria a paz e a tranquilidade que se encontra no campo, no interior do estado e seria também uma cidade sentimentalmente acolhedora, características expressas na seguinte fala: “*A V. queria que não existisse violência. Queria que existisse mais amor (...) e não faltasse carinho*”. (V. 10 anos).

Na cidade ideal também teria lazer e a piscina volta como equipamento essencial. Quando perguntadas sobre onde estariam nesta cidade, as crianças foram unânimes em dizer que seria na piscina, o dia todo!

O estudo e o trabalho são tema de controvérsias dentro do grupo: parte das crianças sonha com uma cidade sem escolas, parte deseja estudar para poder trabalhar, enquanto outras gostariam de poder fazer ambas as coisas ao mesmo tempo. A presença da escola na cidade ideal não é consenso neste grupo de crianças. Deste modo, podemos estabelecer um contínuo trabalho-consumo-autogoverno, contínuo. Assim, estas crianças expressam seu desejo de estarem imediatamente incluídas na órbita do consumo, com toda a autonomia que tal *status* poderia lhes oferecer. O tempo de espera, baluarte da escola, que deixa as conquistas para o *depois*, parece particularmente difícil para estas crianças, que vêm no

trabalho o modo de se inserirem mais plenamente na vida social.

Por fim, para concluirmos este tópico, gostaríamos de explorar ainda as seguintes falas das crianças: “*A V. foi para a piscina e para a praia e gostou muito, muito. Foi para o aeroporto*” (V. 10 anos). “*A A. queria conhecer a casa da Andréa e da Luciana*”<sup>8</sup>. “*Lá tinha piscina, chocolate, coca-cola*” (A. 10 anos).

Esses trechos nos remetem, entre outras coisas, ao tema dos deslocamentos na cidade necessários para se ter acesso a uma estrutura de lazer (praia), para entrar em contato com um monumento da cidade (Aeroporto, expressão máxima de mobilidade, porta de acesso aos mais diversos lugares), para se ter acesso ao *lado rico* da cidade, onde as crianças imaginam que as pesquisadoras moram. Como podemos ver, é neste lado rico que se situa o lazer e a fartura/prazer, exatamente aquilo que está interditado a estas crianças.

Este desejo de mobilidade é marcadamente contraditório com a situação real de vida destas crianças na cidade de Fortaleza, uma vez que, como vimos anteriormente, elas têm suas condições de mobilidade restritas, já que seu acesso à diversidade da cidade é feito quase exclusivamente via televisão. Assim, as próprias crianças apontam a possibilidade de mobilidade como um meio de superação da sua situação de exclusão urbana nesta cidade tão tipicamente territorializada como é Fortaleza.

#### O Momento da Implicação: As Cidades Possíveis

No domínio do possível, os dois grupos do CIP apresentam desdobramentos particulares e, portanto, serão tratados em separado.

O Grupo I retoma os elementos da cidade ideal (sem violência, sem brigas, sem morte, com paz e amor, com mais casas e trabalho para todos), condicionando a possibilidade de concretização desta via à participação efetiva do governo. Quando chamados a se implicarem pessoalmente na construção deste ideal, o grupo estabelece que esta cidade é impossível para muitos, ou seja: uma cidade ideal só é possível para poucos. Mas como diminuir o número de habitantes da cidade? Diante desta questão, que eles mesmos se colocam, eles assumem inicialmente uma posição extrema: matar as pessoas em excesso; num momento seguinte, assumem uma posição mais amena, ao tentar pela persuasão fazer com que as pessoas saiam, até chegarem a admitir que a cidade é formada por muitas pessoas. A partir desta percepção, as crianças realizam uma modificação na estratégia de

<sup>8</sup> Luciana e Andréa foram as coordenadoras deste grupo.

resolução do problema - não se trata mais de eliminar o excedente, mas de gerenciar o viver coletivo. Neste gerenciamento, o diálogo surge como uma ferramenta primordial. Chegam a propor, neste sentido, a criação do que chamaram de *SOS sem briga* - um grupo de crianças que agiria no sentido de prevenir desentendimentos ou de denunciar infrações na escola ou na instituição da qual participam. *Procurar quem estava brigando e separar* (L. 12 anos).

O que podemos perceber neste movimento das crianças do Grupo I nos remete ao próprio sentido de intervenção a que as Oficinas da Cidade se propuseram. Foi inserindo as crianças numa esfera de implicação cada vez mais intensa que, a nosso ver, o Grupo I, que inicialmente delegava a construção de uma cidade melhor às instâncias de poder, passa progressivamente a se comprometer com uma ação de mudança num nível acessível a elas enquanto crianças. Vale destacar que uma certa *consciência* de um agir coletivo comprometido com uma certa dimensão da cidade (a escola e a instituição CIP) foi possível de ser desenvolvida em função de todo o trabalho em grupo que a oficina incentivou.

Com relação ao Grupo II, no módulo da cidade possível, sentimos que as crianças tiveram dificuldades de se implicarem no registro de como resolver a defasagem entre o real e o desejado, chegando ao possível. As soluções apontadas passavam pela intervenção de um outro que vem de fora e tem mais condições: *“Se alguém me ameaça na rua eu procuro um vizinho fortão”* (S. 10 anos). *“Minha escola melhora se eu falo com o diretor”* (A. 10 anos).

Estendendo ainda estas considerações, as crianças afirmam que o grupo se comportaria melhor se as coordenadoras recorressem à direção da instituição; e a cidade não teria drogas e marginais se a polícia fosse atuante. Na vertente da religiosidade que tanto marca este grupo, as crianças destacam que as pessoas boas devem procurar ajudar quem está em dificuldade, e que todos podem sempre recorrer a Deus. A implicação parece ser particularmente difícil, indicando talvez a arbitrariedade e o não-sentido das suas experiências na cidade que parecem fugir ao desígnio humano, ou seja, daquilo que homens, mulheres e crianças podem coletivamente mudar, se o quiserem. A fala destas crianças mostra, exemplarmente, seu sentimento de absoluta impotência frente às suas vidas.

Entretanto, um aspecto objetivo que ganha um cunho positivo é o trabalho que aparece como um possível caminho de construção para uma cidade melhor: *“Quem trabalha não fica nas ruas fazendo besteira”* (S. 10 anos). As crianças parecem crer que se todos tivessem um emprego, uma ocupação, a

marginalidade seria contida e conseqüentemente a cidade seria um lugar mais seguro para elas.

As crianças destacaram, ainda, sua preocupação com a natureza, como uma forma possível de se implicarem na construção da cidade: *“Não joga lixo nos rios, não piso nas flores da calçada, não arranco as plantas”* (Da. 11 anos).

Ainda na esfera do cuidado ecológico, as crianças afirmam que é interessante ter uma cidade com mais animais, desde que se tenha quem cuide deles. Embora as crianças tenham a ecologia como um universo de ação, onde se percebem responsáveis pelo cuidado da cidade, elas foram também incentivadas a falar sobre outros campos de implicação. Neste sentido, um episódio particularmente significativo ocorrido neste mesmo grupo é digno de nota. Algumas meninas conversavam sobre a escola, mais especificamente sobre a má qualidade do lanche. Quando questionadas sobre o que poderia ser feito para melhorar esta situação, algumas disseram que já tinham feito reclamações e outras disseram que não fariam nada porque temiam ser expulsas. Tal episódio nos leva a pensar o quanto as crianças não dispõem de um ambiente para expressar suas insatisfações e nem de mecanismos que viabilizem uma participação mais efetiva na vida comunitária voltada aos interesses coletivos. Assim, elas são constantemente lembradas de sua posição de sujeição política com relação ao adulto em geral e às autoridades em particular.

### Considerações Finais

Retomando as discussões sobre as Oficinas da Cidade no CIP, destacamos a vertente *violência* como sendo a que mais fortemente marcou o processo de constituição da cidade real por parte das crianças desta instituição, além de ter repercutido em como imaginam uma outra cidade, e no alcance de suas possibilidades de implicação. A violência constituiu-se como uma questão prioritária para estes grupos, questão que persiste e parece necessitar de uma maior elaboração, uma vez que está disseminada nos mais diversos espaços e momentos (casa, rua, encontros da oficina), pode ser desencadeada por qualquer *outro* da cidade (o pai, o ladrão, os colegas) e ainda remete a uma situação de exclusão social que marca nitidamente a vida destas crianças na cidade. Entretanto, as crianças foram capazes de elaborar a questão da violência no seu cotidiano, provendo linhas de fuga inclusive para a violência gerada dentro do próprio grupo.

No Grupo II a importância da religiosidade, do trabalho e do apelo a um outro surgem na fala das crianças como possíveis formas de amenizar as atribuições que

a vida na cidade lhes impõe. O apelo a Deus diante das dificuldades aparece como uma busca de amparo por Aquele que é detentor de um poder inabalável. Já o trabalho surge como uma possibilidade de conter os perigos da cidade, tal como a marginalidade, uma vez que se todos estiverem empregados, ninguém vai “fazer besteiras” (exercer a violência). Por fim, frente ao que as crianças consideram imprevisível e fora de seu controle, o Grupo II espera a solução dos conflitos de que pode ser vítima na cidade, a partir da intervenção de um poder maior, personalizado ora numa figura de autoridade institucional, ora em um adulto que lhe inspira confiança.

As crianças também destacaram em seu discurso as dificuldades de mobilidade na cidade e de acesso aos diversos equipamentos de lazer existentes na capital. As crianças não desfrutam da cidade tanto por questões de cunho objetivo (ameaças de assalto, históricos de assédio sexual etc.), quanto pela sua situação de exclusão sócio-econômica, o que nos faz constatar o quão elas são vítimas também de uma violência simbólica. Tal violência fica registrada na forte metáfora de que se utilizam para falar da divisão da cidade de Fortaleza, que apresenta um *lado vivo* e um *lado morto*. A consciência de que estão excluídas aparece quando retratam sua própria posição: elas estão no lado morto da cidade.

Uma vez tendo realizado as Oficinas da Cidade com crianças residentes no chamado lado *pobre* de Fortaleza e constatado como a violência de seu cotidiano e as limitações de acesso destas crianças às diversidades da capital geram percepções diferenciadas quanto a um poder agir na construção da cidade, sugerimos como futuras investigações o desenvolvimento do projeto Oficinas

da Cidade junto a crianças residentes no chamado lado *rico* de Fortaleza. Deste modo, ao nos acercarmos de uma realidade diferente, poderemos verificar, quem sabe, percepções também diferentes quanto às possibilidades de agir e participar na cidade.

### Referências

- Associação dos Docentes da UFC (ADUFC) & Instituto de Arquitetos do Brasil - Ceará (IAB-CE). (1992). *Carta de Fortaleza: Uma cidade em questão*. Fortaleza: Expressão.
- Bleger, J. (1980). Grupos operativos no ensino. Em J. Bleger (Org.), *Temas em psicologia* (pp. 53-82). (Rita Moraes, Trad.) São Paulo: Martins Fontes.
- Castro, L. R. (1998a). A cidade, a criança e o jovem: Des-mapeamento cognitivo ou desarticulação social? Em L. R. Castro (Org.), *Infância e adolescência na cultura do consumo* (pp. 141-160). Rio de Janeiro: Nau.
- Castro, L. R. (1998b). Consumo e a infância barbarizada: Elementos da modernização brasileira? Em L. R. Castro, (Org.), *Infância e adolescência na cultura do consumo* (pp. 55-74). Rio de Janeiro: Nau.
- Castro, L. R. (2001). Cities and social participation: Social inequalities from children's and youth's point of view. *International Journal of Anthropology*, 16(2-3), 77-87.
- Farias, A. (1997). *História do Ceará: Dos índios à geração cambéba*. Fortaleza: Tropical.
- IBGE, BRASIL. (2000). Censo 2000. Retirado em 20/10/2000 do site <http://www.sidra.ibge.gov.br>
- King, E. (1998). The use of the self in qualitative research. Em J. Richardson (Org.), *Handbook of qualitative research methods for psychology and the social sciences* (pp. 175-188). Leicester: British Psychological Society.
- Raphael, F. (1986). L'étranger de G. Simmel. Em P. Watier (Org.), *G. Simmel et l'expérience du monde moderne* (pp. 184-197). Paris: Méridiens Klincksieck.
- Smith, J. (1998). Evolving issues for qualitative psychology. Em J. Richardson (Org.), *Handbook of qualitative research methods for psychology and the social sciences* (pp.189-202). Leicester: British Psychological Society.

Recebido: 05/03/2001  
Revisado: 19/06/2001  
Aceito: 15/08/2001

Sobre as autoras

**Andréa Carla Filgueiras Cordeiro** é Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco e Professora da Universidade Federal do Ceará, Coordenadora do NUCEPEC/UFC.

**Jaileila de Araújo Menezes** é Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutoranda em Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**Lucia Rabello de Castro** é Ph.D. em Psicologia pela Universidade de Londres e Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora do CNPQ e 'Cientista do Nosso Estado' pela FAPERJ. Coordenadora-geral do NIPIAC/UFRJ.